

Clima global tem uma possibilidade de se estabilizar nos 20 a 30 anos futuros, diz especialista

7 de Janeiro, 2021

Pedro Martins Barata, CEO da GET2C foi um dos oradores do seminário digital “*Alterações Climáticas e Sustentabilidade Ambiental*” promovido pelo **Grupo Casais**. O evento foi realizado, esta quarta-feira, em parceria com o jornal Diário Imobiliário.

O também coordenador do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 começou por fazer uma contextualização sobre a sustentabilidade, recordando que, desde o seu surgimento, tratava-se de um conceito ligado à ecologia, mas com o passar dos anos tornou-se mais abrangente, abarcando não só as questões ecológicas, como também, as questões dos modelos económicos e dos de organização social das atividades. Já o reconhecimento a nível global da interação entre o homem e o planeta surgiu da própria ciência e dos fenómenos globais: “a destruição da camada de ozono e as alterações climáticas”. Lembrando que o “mundo é finito”, o responsável não deixou de passar a mensagem de que é preciso “equacionar” e “redimensionar” a atividade humana de forma a não pressionar os limites do ecossistema.

Os impactos das alterações climáticas são já notórios por todo o planeta. E hoje o combate a tal fenómeno é uma prioridade para toda a União Europeia (UE). Nestas matérias, o responsável recordou que Portugal foi dos primeiros países a anunciar o objetivo de atingir a neutralidade carbónica até 2050, permanecendo como um dos países, relativos à UE, com maior nível de ambição. De forma a “suportar” tal estratégia de longo-prazo, o Governo português anunciou o “Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050” que acaba por influenciar um outro documento, o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) com um horizonte até 2030. Pedro Martins Barata não tem dúvidas de que “mais tarde ou mais cedo” todos os setores vão contribuir para a neutralidade carbónica: “Não existe nenhum setor que fique de fora deste objetivo”. E Portugal vai contar com o “aumento de sequestro de carbono” sobretudo do “novo tipo” de florestas que não serão apenas de “produção”, mas mais diversa: “Uma floresta mais adaptada ao nosso clima atual e do futuro e, assim, mais resiliente”, afirma.

[blockquote style="2"]Os nossos modelos não permitem antecipar aquilo que são as capacidades futuras[/blockquote]

Quando se olha para o futuro, esse será cada vez mais disruptivo: “Vemos isso quando olhamos para as capacidades adicionais do fotovoltaico e aquilo que, em cada momento, instituições importantes como a Agência Internacional de Energia previa como fosse a próxima evolução da capacidade de produção fotovoltaica”, refere. E a conclusão é de que, “em nenhum caso, nos últimos 15 anos, a agência teve perto de acertar nas previsões” da capacidade fotovoltaica: “Os nossos modelos não permitem antecipar com alguma previsão

aquilo que são as capacidades futuras”.

Pedro Martins Barata quis também salientar o impacto global da pandemia, dando nota que, durante os confinamentos, houve uma “redução recorde” nas emissões de carbono. No caso nacional, é “claro” que Portugal vai registar uma “redução histórica” nas emissões, decorrente do “estilo de vida” que foi sendo adotado ao longo da pandemia e do “teletrabalho” onde o veículo deixou de fazer parte do dia-a-dia de cada um. De acordo com o responsável, ainda não é claro que os efeitos hoje sentidos se vão prolongar no longo-prazo, no entanto, é cada vez mais evidente que a “transição energética” está a acontecer e que “vamos ter reduções muito mais rápidas” do que se esperava há cinco anos. Segundo uma investigação científica, Pedro Martins Barata refere que, se foi possível, em 15 anos, diminuir drasticamente as emissões, o clima global tem uma possibilidade de se estabilizar nos 20 a 30 anos futuros: “Anteriormente pensava-se que toda a inércia do sistema seria muito maior e que independentemente do que nós fizéssemos teríamos agora repercussões para os próximos 50 ou 100 anos”. Mesmo assim, o responsável é perentório: “A premissa fundamental é que haja essa redução de emissões e que nós consigamos chegar a neutralidade carbónica o mais cedo possível”.

[blockquote style="2"]Preço do carbono incluído no preço dos materiais[/blockquote]

Questionado sobre o setor da construção e da necessidade de se mudar mentalidades, Pedro Martins Barata considera que há um “conjunto limitado de ferramentas” mas que, ainda assim, é preciso em termos políticos fazer uma “abordagem” em termos de incentivo, chamando a atenção para a “principal ferramenta política” na área económica e nas alterações climáticas: o “preço de carbono”. Isto é: “Os decisores económicos e os decisores do setor da construção quando estão confrontados com alternativas em termos de matérias consigam, em cada momento, tomar uma decisão do ponto de vista económico que reflita o facto do preço do carbono está incluído no preço dos materiais”. Esta é uma medida que já está em curso, diz o responsável, dando como exemplo, o cimento que por ser um dos mais poluidores do mundo, já “paga o seu preço de carbono”. Uma outra via tem que ver com os “instrumentos de informação” ou a “rotulagem de materiais”, acrescenta. Embora haja uma camada da população que ainda não está sensibilizada para as questões da sustentabilidade, Pedro Martins Barata reconhece que há um “conjunto de clientes” ligados à construção que têm uma mentalidade já alterada: “É preciso perceber como podemos replicar essa mentalidade na população em geral”, remata.